

APRESENTAÇÃO

A Revista Direito em Movimento da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, apresenta à comunidade acadêmica uma edição especial.

Em um ano atípico, repleto de dificuldades e complexidades em todos os cenários da vida social, igualmente a área pedagógica e acadêmica viu-se atingida por adversidades a serem superadas.

A pandemia do Coronavírus e as sucessivas crises políticas que a todo instante atingiram pontos sensíveis de nossas leis e da Constituição, reforçaram o interesse dos juristas e estudiosos estimulando a produção de artigos científicos.

O terreno fértil de incertezas, acabou por pavimentar novos tempos para a relação do Direito com todas as demais ciências humanas e sociais. No dizer do poeta português Luís de Camões “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades*”. (CAMÕES, in “Sonetos”, 1971). Esta, portanto, a tônica da edição especial da nossa Revista.

Da análise desse novo contexto nasceu, para acadêmicos, professores e pesquisadores, uma maior densidade das pesquisas, compondo um particular desafio científico e interesse redobrado pelas novas dimensões do conhecimento. Um conhecimento que precisa ser ampliado, vez que está em contínuo movimento desafiando as reflexões da ciência, como sublinha com primor Eduardo Galeano: “*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*” (GALEANO, in “Las palabras andantes”, 1994).

Para manter os compromissos assumidos, a EMERJ dedicou toda a sua energia cumprindo com todas as suas atividades pedagógicas e de aulas,

pelas vias remotas, inovadoras e eficientes, construindo uma rica pauta de ensino à distância.

Por outro lado, tais fatos acabaram por gerar sobrecarga de todos os participantes e colaboradores desse processo, inclusive sobre a complexa teia que envolve o corpo editorial de um periódico, culminando em inevitáveis atrasos no recebimento de artigos e suas respectivas revisões. Nada impediu entretanto, e mesmo diante de dificuldades operacionais, que fizéssemos o lançamento desta edição especial.

Abre o rol dos artigos desta edição “A atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis* na promoção dos direitos humanos em âmbito internacional”, de coautoria do Doutor Adriano Fernandes Ferreira, da *Universidad Castilla-La Mancha*, na Espanha, com os graduandos Vivian Duarte Tibúrcio de Melo e Arilson Conceição Feitosa, ambos da Universidade Federal do Amazonas. Os autores destacam, a necessidade de garantia de representação integral pelo Estado no Acesso à Justiça aos vulneráveis pela via da Defensoria Pública.

Publicamos também nesse volume, vários escritos estrangeiros, destacando-se o “*Constitucionalismo y codificación civil. El proceso de centralización jurídica en el siglo diecinueve*”, tema do artigo do professor doutor Antón Lois Fernández Álvarez, da *Universidad de Vigo*, na Espanha, que analisa os sucessos da Codificação no século XIX no contexto do direito constitucional espanhol.

Os doutores Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva e Marcelo Buzaglo Dantas, professores de direito ambiental, refletem criticamente sobre “O registro de imóveis e as áreas protegidas pela legislação”. Discorrendo acerca das relações entre o Registro de Imóveis e áreas ambientais protegidas pela legislação, problematizando a interação normatizada entre esses dois contextos.

Em “A constitucionalidade da obrigatoriedade do sistema de precedentes em face do princípio da independência funcional do juiz: uma análise do microsistema de resolução de demandas repetitivas do CPC”, os acadê-

micos em direito da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida, Bruna Wieczorek Terra, Gabriel Alves Benvindo e Pablo Ruan Leandro da Silva, problematizam a aplicação dos precedentes dentro do sistema de demandas repetitivas e analisam a sua inserção no cenário constitucional.

O pesquisador doutor Gil César Costa de Paula, da Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC de Goiás, em parceria com a graduanda Geisiene Souza Silva, discorre acerca das questões relativas à formação do Estado brasileiro, sob um viés econômico, analisando esta formação a partir da expansão do comércio europeu, considerada a questão racial como central do debate: “Quilombos e a formação do estado brasileiro: resistência e privilégio”.

“Colusões algorítmicas: estudo de caso do processo administrativo 08012.011791/2010-56 (CADE) - autoescolas e despachantes” é o tema sobre o qual escreve o advogado, doutor em direito constitucional, Hugo Assis Passo em conjunto com a doutora Heloísa Gomes Medeiro, abordando a utilização de algoritmos como instrumentos para conluíus e conchavos tácitos, em especial, analisando o caso da formação de cartel, pelas autoescolas e despachantes, apreciado pelo CADE.

O professor emérito da Flinders University, South Australia, Kim Economides, brinda a nossa revista com o artigo “*Itinerant Justice and proactive legal services: origins, achievements and future directions*”, em que examina a justiça itinerante e o protagonismo dos serviços jurídicos e da prestação jurisdicional levados à áreas remotas, em favor dos aborígenes, distinguindo e apresentando inovadores modos de prestação de serviços jurídicos.

No universo do “Neoconstitucionalismo no Brasil e a relação com a judicialização da política e o ativismo judicial”, os professores doutores Maurício Avila Prazak, Marcelo Negri Soares e Rafael de Ataíde Aires, desdobram suas reflexões analíticas sobre a jurisdição constitucional no Brasil e a caminhada que se abriu com a Constituição Federal de 1988.

O doutor Rafael Menguer Bykowski dos Santos, pesquisador na área de inovação, direito e desenvolvimento, em abordagem inédita, apresenta

trabalho referente às “Reflexões da incidência da pandemia no direito do trabalho”, destacando as transformações administrativas e legislativas intensas, no mundo laboral, por motivos de precaução e urgência, envolvendo as normas estatais em caráter nacional e global no contexto pandêmico.

Por fim, as reflexões do doutor Tadeu Luciano Siqueira Andrade sobre “As minorias linguísticas no Brasil: um estudo à luz dos direitos humanos e da ecolinguística”, distingue, em texto inovador, o uso da linguagem como mecanismo de opressão de que o Estado dispõe para impor sua força contra as minorias, em contraponto à necessidade de garantia de direitos humanos, numa aproximação entre aquela e os discursos políticos.

Essa edição, valoriza assim, e sobretudo, o conhecimento advindo de outros estados brasileiros e do exterior, tendo em vista que a ciência social aplicada se consolida com a troca intersubjetiva de estudos entre as diferentes perspectivas jurídico-sociais espaciais. Por esse motivo, a Revista traz nessa Edição Especial, textos de autores estrangeiros que descrevem suas realidades e ao mesmo tempo estabelecem profícuos diálogos com o contexto brasileiro.

O objetivo permanente da Revista Direito em Movimento é oferecer subsídios para enriquecer o conhecimento científico e possibilitar ao leitor a reflexão crítica sobre temas atuais inerentes aos contextos jurídico, social, econômico e político, sempre refletindo pensamentos inovadores e multidisciplinares em favor de um Direito que deve manter-se em contínuo movimento.

Dra. Cristina Tereza Gaulia

Coordenadora Editorial da Revista Direito em Movimento

Me. Hector Luiz Martins Figueira

Assessor acadêmico da Revista Direito em Movimento